



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

DIEGO EMMANUEL AQUINO MARINHEIRO

***O CANTO DOS MALDITOS E SUAS REPRESENTAÇÕES DISCURSIVAS NO
CONTEXTO DA DITADURA CIVIL-MILITAR***

**CAMPINA GRANDE
2023**

DIEGO EMMANUEL AQUINO MARINHEIRO

**O CANTO DOS MALDITOS E SUAS REPRESENTAÇÕES DISCURSIVAS NO
CONTEXTO DA DITADURA CIVIL-MILITAR**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)
apresentado a/ao Coordenação
/Departamento do Curso História da
Universidade Estadual da Paraíba, como
requisito parcial à obtenção do título de
licenciatura plena em História.

Área de concentração: História

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Patrícia Aragão

**CAMPINA GRANDE
2023**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

M337c Marinheiro, Diego Emmanuel Aquino.
O canto dos malditos [manuscrito] : memória e experiências discursivas no contexto da Ditadura Civil-militar / Diego Emmanuel Aquino Marinheiro. - 2023.
35 p.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2023.
"Orientação : Profa. Dra. Patrícia Cristina de Aragão , Coordenação do Curso de História - CEDUC. "
1. Transtornos mentais. 2. Ditadura Civil-Militar. 3. Manicômios. I. Título
21. ed. CDD 981.33

DIEGO EMMANUEL AQUINO MARINHEIRO


O CANTO DOS MALDITOS: MEMÓRIA E EXPERIÊNCIAS DISCURSIVAS NO
CONTEXTO DA DITADURA CIVIL-MILITAR

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)
apresentado à Coordenação
/Departamento do Curso História da
Universidade Estadual da Paraíba, como
requisito parcial à obtenção do título de
licenciatura plena em História.

Área de concentração: História.

Aprovado em: 16 / 08 / 2023 .

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 PATRICIA CRISTINA DE ARAGAO
Data: 06/09/2023 16:08:13-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Patrícia Cristina de Aragão (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Gildivan Francisco das Neves (DH/UEPB)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Mestranda Raphaela Hildita de Sá Guedes Deodato
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Ao meu pai Marcos, à minha mãe Rita, ao meu tio Hilderan, à minha filha Maya e à minha companheira de vida, Rosení, DEDICO.

QUEM DISSE QUE SÓ SE MORRE UMA VEZ? Sentidos se misturam, batidas cardíacas invadem a audição. Aspirada à respiração não é... É introchada. Os nervos já não tremem... dão solavancos. A espera está acabando. Ouço barulho de rodinhas. A todo custo, quero entrar na parede. Esconder-me, fazer parte do cimento do quarto. Olhos na abertura da porta... rodam a fechadura. Já não sei quem e o que sou. Acuado, tento fuga alucinante. Agarrado, imobilizado... Escuto parte de meu gemido. QUEM DISSE QUE SÓ SE MORRE UMA VEZ? (BUENO, 2002, p,5).

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	7
2. AS EXPERIÊNCIAS DE MEMÓRIA SOBRE MANICÔMIOS BRASILEIROS A PARTIR DO CANTO DOS MALDITOS	
13	
3. A DITADURA MILITAR BRASILEIRA: NARRATIVAS E DESAFIOS EM CONTEXTOS SOCIAIS E POLÍTICOS	
19	
4. NARRATIVAS DE MEMÓRIA DE AUSTREGÉSILO EM CANTO DOS MALDITOS.....	
21	
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
REFERÊNCIAS.....	
31	

O CANTO DOS MALDITOS: MEMÓRIA E EXPERIÊNCIAS DISCURSIVAS NO CONTEXTO DA DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA

Diego Emmanuel Aquino Marinheiro¹

RESUMO

Este estudo aborda as memórias e experiências de sofrimento vivenciadas por Austregésilo Carrano Bueno nas instituições manicomiais no Brasil durante a Ditadura Civil-Militar ao longo da década de 1970, através de sua obra literária *Canto dos malditos*, publicada em 2004. Trabalhar com as memórias do autor é buscar aproximar a população das denúncias de barbáries que aconteceram durante a este período, dentro dos manicômios. Buscamos entender como os internamentos foram modos de interdição do sujeito, mostrando sua falta de eficácia no que se refere à reabilitação devido à falta de humanização do tratamento. Busca-se, portanto, implementar o debate dentro das salas de aula tanto para elucidar a conjuntura da Ditadura no Brasil, como também para promover debates acerca da alteridade, caminhando assim para a formação de um aluno criticamente ativo. Para tanto, como objetivo geral buscamos compreender a obra *Canto dos malditos*, observando as representações discursivas entre o contexto da Ditadura Civil e Militar no país e as experiências de memória de Austregésilo. Como proposta visamos trazer tal discussão, levando em consideração a emergência das disputas de memórias atuais acerca da atuação governamental durante da Ditadura, como também problematizar cultural e educacionalmente, a questão do "outro". Nesta produção considerou-se também o olhar sensível para com produções literárias, que não de ser de extrema valia para uma leitura de sociedade. Para melhor compreensão do assunto trabalhamos a partir dos estudos de Pollak (1989), Michel Foucault (1983), Maurice Halbwachs (1990) and Sandra Pesavento (2006). Para aprofundamento analítico das experiências do autor da obra em foco buscamos refletir a partir das contribuições de Jorge Larrosa (2002). O trabalho em torno do tema proposto foi feito através de uma pesquisa qualitativa, baseada na análise documental e da pesquisa bibliográfica com autores que dedicaram seus trabalhos a temas como memória, discurso e sociedade. Partindo destas ideias construímos uma sequência lógico-didática sobre as experiências de memórias em manicômios, e, posteriormente, especificamos o período em recorte: a Ditadura Civil-Militar no Brasil na década de 1970, e desaguamos nas experiências individuais de Austrégesilo, evidenciando as violências sofridas por ele dentro e fora destas instituições. Esta discussão busca contribuir no debate acerca da atuação da Ditadura, almejando chegar dentro e fora da sala de aula, pois se apresenta fundamental para a continuidade do convívio criticamente saudável em nossa sociedade, a busca pelo respeito e pelo entendimento da pluralidade de expressões e de formas de existir no mundo e, para que esse ponto seja alcançado, se faz

¹Graduando em História, pela Universidade Estadual da Paraíba. E-mail: diegomarinheiro1@gmail.com.

necessário trabalhos neste sentido, para que as discussões sejam promovidas e, paulatinamente, concepções sejam alteradas.

Palavras-chave: Transtornos mentais. Ditadura Civil-Militar. Manicômios.

ABSTRACT

This study addresses the memories and experiences of suffering experienced by Austregésilo Carrano Bueno in asylum institutions in Brazil during the Civil-Military Dictatorship throughout the 1970s, through his literary work *Canto dos malditos*, published in 2004. Working with the author's memories is trying to bring the population closer to the denunciations of barbarities that happened during this period, inside the asylums. We sought to understand how the hospitalizations were ways of interdicting the subject, showing its lack of effectiveness with regard to rehabilitation due to the lack of humanization of the treatment. The aim is, therefore, to implement the debate within the classrooms both to elucidate the conjuncture of the Dictatorship in Brazil, as well as to promote debates about alterity, thus moving towards the formation of a critically active student. Therefore, as a general objective, we seek to understand the work *Canto dos malditos*, observing the discursive representations between the context of the Civil and Military Dictatorship in the country and the memory experiences of Austregésilo. As a proposal, we aim to bring this discussion, taking into account the emergence of current memory disputes about government action during the Dictatorship, as well as problematizing culturally and educationally, the issue of the "other". In this production, a sensitive look towards literary productions was also considered, which must be of extreme value for a reading of society. For a better understanding of the subject we work from the studies of Pollak (1989), Michel Foucault (1983), Maurice Halbwachs (1990) and Sandra Pesavento (2006). For an analytical deepening of the experiences of the author of the work in focus, we seek to reflect on the contributions of Jorge Larrosa (2002). The work around the proposed theme was done through a qualitative research, based on document analysis and on bibliographical research with authors who dedicated their work to themes such as memory, discourse and society. Based on these ideas, we built a logical-didactic sequence on the experiences of memories in asylums, and, later, we specified the period in question: the Civil-Military Dictatorship in Brazil in the 1970s, and we flowed into the individual experiences of Austrégesilo, evidencing the violence suffered by him inside and outside these institutions. This discussion seeks to contribute to the debate about the role of the Dictatorship, aiming to reach inside and outside the classroom, as it is fundamental for the continuity of critically healthy coexistence in our society, the search for respect and understanding of the plurality of expressions and ways of existing in the world and, for this point to be reached, researches are needed in this sense, so that discussions are promoted and, gradually, conceptions are changed.

Keywords: Mental disorders. Civil-Military Dictatorship. Asylums.

1. INTRODUÇÃO

A ideia de loucura como produção discursiva, subsidia valores para uma sociedade através de lugares onde podem ser instaurados tais discursos. A figura do

diferente, anormal, louco, ocupou diversos lugares durante a História. Porém, o processo de separação desses ditos diferentes, com o pretexto usado pelas autoridades, da busca da cura através de métodos então embasados na ciência, incorporados pela Medicina, colocam o louco no lugar de paciente que precisa ser reabilitado, interditado da sociedade e de si mesmo.

Historicamente assuntos e ações relacionados à alteridade, nos quais o outro prontamente é colocado nesta posição, foram promotores de angústia e sofrimento para as vítimas por fazerem o segregado questionar sobre sua própria existência. Essa diretiva foi notoriamente acentuada no decorrer da Ditadura Civil-Militar no Brasil, na décadas de 1960 e 1970. Assim, a temática sobre a loucura sempre me causou estranheza, pois não faziam sentido os discursos que sempre escutava.

Quando o emprego do termo “loucura” era utilizado em diversos temas dos afazeres diários, ele dava a noção de algo fora do comum, mas não satisfazia a vontade do saber sobre o assunto devido ao vazio que o termo trazia. Entretanto, com a repetição da expressão, esta foi se naturalizando, e até, por vezes, ela foi reproduzida. Porém, ao passo que fui crescendo e conhecendo o mundo que me rodeia, pude ter contato com pessoas consideradas loucas, com diversas patologias: esquizofrênicos, catatônicos, depressivos, entre outros. Pessoas que eram fundamentalmente importantes para vida de tantas outras pessoas, inclusive para a minha, ocupando papéis familiares como, pais, mães, tios, primos.

Minha atenção era direcionada tanto para o sujeito dito louco, como para os que lhe rodeavam, e percebia que a abordagem emocional dessas pessoas próximas era mais empática do que normalmente se via nas posturas das pessoas nas conversas do dia-a-dia, sendo, portanto, os discursos de segregação já propagados e estabelecidos na sociedade.

Quando era utilizada a expressão “loucura” na conotação que ela carrega na sociedade o termo foi ficando para mim, não mais vazio, mas repleto de significantes sem um sentido. Ao decorrer de leituras e da prática do pensar, a insatisfação sobre o tema foi crescendo, porém, teve cuminância após o contato com duas obras: *Holocausto brasileiro*, de autoria de Daniela Arbex e *Canto dos malditos*, do autor Austregésilo Carrano Bueno, os quais li seguidamente, e foram marcos para que eu considerasse o tema como objeto de estudo, pois o teor visceral e de denúncia que essas obras contém me colocaram de frente com “hipocrisias” que sempre ouvia e via na tv, nos filmes e nas conversas. Foi neste percurso que me deparei com meu objeto de estudo e pesquisa.

Ao decidir me aprofundar e produzir acerca do assunto, tomei como evidência a obra *Canto dos malditos*, pois a intenção principal foi refletir sobre o que me incomodava e atuar na práxis temporal da minha vida e no que me rodeia, pois a total indiferença ao tema me provocava desconforto. Esta pesquisa, portanto, se apresenta para mim, como campo de possibilidades. A história em torno de Austregésilo Carrano Bueno nos permite conhecer suas dores e dissabores em sua plena juventude, uma vez que ele teve seus planos interrompidos ao ser internado no Hospital Psiquiátrico Bom Recanto, iniciando assim, parte da sua história nas idas e vindas de internamentos. Forjado na dor e no desespero do eletrochoque, a sua existência pôde ser colocada em palavras em seu livro *Canto dos malditos*, obra que foi importante para a luta antimanicominal no Brasil.

Ao buscar estudos sobre o tema, a partir da história cultural, os estudos a partir de leituras de Michel Foucault e suas obras como *História da loucura* (1961), *Vigiar e punir* (1975), ou dos escritos sobre memória em Pollack (1989) e Halbwachs (1990), ou também sobre modos de atuação sobre o corpo, em Le Breton (1953),

dentre outros autores que referenciei neste trabalho, estas leituras apresentaram-se relevantes à natureza dessa pesquisa. Intenciono dinamizar evidências e ressonâncias de suas teorias nos relatos de Austregésilo, encontrados na obra *Canto dos malditos*, que foi transformada em filme, lançando em 2001, com o nome de *Bicho de sete cabeças*, sob direção de Laís Bodanzky.

Ambas as obras são representações das experiências de dor de Bueno, como era conhecido e chamado entre os amigos e parentes. Dor que representa a de tantos outros que já vivenciaram a interdição de sua liberdade dentro das instituições manicomiais. Para aprofundar sob tal perspectiva da experiência, realizamos leituras de Jorge Larrosa Bondia e sua importante contribuição: *Notas sobre a experiência e O saber de experiência*.

O aprofundamento do tema através desta pesquisa busca um maior alcance informativo para tantas pessoas, pois por menor que seja a quantidade e a importância dessa propagação em teor de relevância, ela é incalculável, pois o poder da informação aliado ao exercício do pensamento crítico pode poupar que ações de violência realizadas no passado possam se repetir, evitando que sujeitos se “afoguem” em suas lágrimas de dor, buscando os “porquês” do que lhe acontece. Acredito que é por meio da educação que se pode produzir sujeitos criticamente pensantes, para os quais o exercício da empatia seja parte comum de sua “estadia” neste mundo.

Partindo destas constatações, esta pesquisa apresenta como questão-problema: de que maneira a obra *Canto dos malditos* aborda, nas memórias de dor de Austregésilo, o contexto da Ditadura Militar brasileira e as questões em torno da loucura?

Para tanto, como objetivo geral buscamos compreender a obra *Canto dos malditos*, observando as representações discursivas entre o contexto da Ditadura Civil e Militar no Brasil e as experiências de memória de Austregésilo.

Como objetivos específicos propomos analisar sua condição de vida e experiências de memória em situações manicomiais, contextualizando historicamente o período da ditadura militar brasileira e as suas repercussões sociais e culturais nas experiências de jovens nos anos 1970 no país; e, apresentar a obra a partir de suas memórias e narrativas, apontando as suas experiências pessoais e familiares no contexto da ditadura.

Tendo em vista que durante a História se fez presente a ação da exclusão dos considerados indesejáveis, por parte da sociedade, a análise sobre o *Canto dos malditos* se torna fundamental para entendermos como o Governo brasileiro atuou nesse tema em período de Ditadura Militar, período no qual as internações compulsórias foram constantes, pois, conforme dados do Ministério da Saúde, nos anos de 1970, 1980 e início dos anos 1990, ocorriam, em média, seiscentas mil internações por ano nos hospitais psiquiátricos brasileiros, e a média de mortes era de 15 a 20 mil por ano (BUENO, 2004, p. 170).

Nascido em 1957, em Cutiritba, Paraná, Austregésilo Carrano Bueno, autor do livro em foco, foi escritor, ator, dramaturgo. Autor de dois livros publicados: o *Canto dos malditos*, que originou o filme *Bicho de sete cabeças* e *Textos -Teatro – Seis peças para teatro*. O texto para teatro de sua autoria *SOS Mãe Natureza*, premiado na ECO-92, foi adaptado para livro infanto-juvenil, com título provisório: *SOS... Os senhores mesquinhos estão devorando a Mãe Natureza*, que não foi publicado ainda, embora Carrano tenha batido a portas de algumas editoras. Em parceria com o selo *O autor na praça*, publicou, em 2007, dois livros de textos para Teatro: *Canto dos malditos* e *O sapatão e a travesti*, com a renda da venda desses livros esperava

publicar, de forma independente, e uma nova edição de *Canto dos malditos* e seu novo romance *Filhas da noite*, ainda não publicado.

Durante quase três anos de internações, Carrano sobreviveu a 21 aplicações de Eletroconvulsoterapia; choques numa voltagem de 180 a 460 volts, aplicados nas têmporas. Carrano Bueno foi ativista do Movimento Nacional da Luta Antimanicomial, membro da Comissão Intersectorial de Saúde Mental do Ministério da Saúde, representante dos usuários no Conselho Nacional de Reforma Psiquiátrica (eleito no Encontro Nacional dos Usuários e Familiares em Xerém, RJ) e defensor ferrenho das indenizações às vítimas do Holocausto Psiquiátrico brasileiro. Ele foi homenageado pelo Ministério da Saúde em 2003. O trabalho de Carrano foi reconhecido nacional e internacionalmente, envolvendo a questão da Reforma Psiquiátrica no Brasil. Como ele exigia e defendia: “Temos que ter uma nova visão e maneira de tratarmos, sem preconceitos, respeitando seus direitos de cidadão, e aceitando o diferente que se encontra em sofrimento mental. Um basta definitivo no confinamento, sedação e experiências com cobaias humanas. Confinar não é tratar, é torturar, portanto, são crimes psiquiátricos que devem ser cobradas responsabilidades e serem pagas indenizações às vítimas” (Disponível em <http://premiocarrano.blogspot.com/2013/04/> Acesso em 05 de abril de 2023).

Bueno, aos 17 anos, foi internado no Hospital Psiquiátrico Bom Recanto após seu pai encontrar um cigarro de maconha em seu bolso. O pai, aconselhado por seu amigo policial, levou o filho ao internamento. A partir deste movimento da saída da sociedade e entrada nos portões do hospital, Austrý, como era chamado, ocupou o lugar do sujeito da desrazão, no qual seu discurso e suas alegações perdem validação e seu corpo e sua subjetividade são propriedades do Estado (FOUCAULT, 1997).

A alegação que fundamentou seu internamento foi a busca da cura através do método científico, fomentado pela Medicina. Entretanto, ao ter contato com as ações exercidas dentro das instituições psiquiátricas, fica evidente a falta de compromisso com a cura psíquica do paciente, uma vez que eles eram submetidos a violência física e mental através do excesso de medicação, sessões de eletrochoque, e a separação óbvia dos indesejáveis da sociedade para estes locais.

O recorte temporal tomado por análise é o período Ditadura Militar no Brasil, principalmente após implementação do AI-5², nos chamados Anos de Chumbo, período em que as intervenções do estado eram feitas sob forte repressão armada. Nesse tempo não apenas foi relegado aos indesejáveis o direito da liberdade, mas foram-lhes aplicadas uma série de torturas que deixaram marcas duradouras nas vítimas.

Fica evidente a necessidade de refletir sobre como o tratamento de uma determinada sociedade para com os indivíduos indesejados pode ser violento, pois, durante a História do Brasil, principalmente após 1964, e ainda hoje existem

² O Ato Institucional Nº5 ou AI-5 foi o quinto de uma série de decretos emitidos pelo regime militar brasileiro nos anos seguintes ao Golpe Militar de 1964 no Brasil. O AI-5, sobrepondo-se à Constituição de 24 de janeiro de 1967, bem como às constituições estaduais, dava poderes extraordinários ao Presidente da República e retirava várias garantias constitucionais. Redigido pelo ministro da justiça Luís Antônio da Gama e Silva, em 13 de dezembro de 1968, o Ato veio em represália à decisão da Câmara dos Deputados, que se negara a conceder licença para que o deputado Márcio Moreira Alves fosse processado por um discurso pedindo ao povo brasileiro que boicotasse as festividades do dia 7 de setembro. mas o decreto também vinha na esteira de ações e declarações pelas quais a classe política fortaleceu a chamada linha dura do regime militar. O Ato Institucional Número Cinco, foi o instrumento que deu ao regime poderes absolutos e cuja primeira consequência foi o fechamento do Congresso Nacional por quase um ano. Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm. Acesso: 24/06/2023.

processos de segregação, separação do sujeito de sua liberdade, aprisionando-os dentro do próprio ser, violando seu espaço de subjetivação.

Ao trazer ao nível da consciência traumas de um passado-presente, pode-se dinamizar acontecimentos e readequá-los, reinterpretá-los, podendo, assim, iniciar um novo processo de elaboração, promovendo o advento de novas alternativas de reparo moral ou até ações políticas, entre elas as comissões de investigação, reparações oficiais de perpetradores, abertura e arquivamento de investigações.

Nessa dinâmica, é possível que processos de repetição sejam interrompidos, fazendo emergir um pensamento ativo e crítico (LA CAPRA 2005), podendo analisar os fatos de cunho histórico e político que levaram à mobilização e participação social para que fosse possível repensar o paradigma psiquiátrico e perceber sobre a importância dos movimentos de transformação da Psiquiatria e redirecionamento dos modelos assistenciais em saúde mental, a exemplo das reformas psiquiátricas e das lutas anti-manicomais.

Ao buscar, na obra *Canto dos malditos*, base na reflexão para a produção deste trabalho, foi necessário anteriormente considerar a importância da relação entre a História e a Literatura, e entender a possibilidade de riquezas que essa relação pode resultar. Entretanto, a abordagem deve ser realizada com método, tendo os devidos cuidados que toda escolha metodológica sugere.

A interlocução da História com outras disciplinas resultou numa grande diversidade de estudos, com a incorporação de pensamento de todas elas, permitindo que diferentes conhecimentos e pontos de vista fossem explorados em uma iniciativa comum. A pluralidade de instrumentos, temas, abordagens e procedimentos ocasionou mudanças no território do historiador, descortinando novos campos para semear. Muitos historiadores foram estimulados a pensar a aproximação entre a História e a Literatura, dentre eles Peter Gay, Carlos Ginzburg, Robert Darton, Sandra Jatahy Pesavento e tantos outros.

Na década de 1970 novas gerações de historiadores franceses ampliaram o arsenal de fontes e abordagens da História. Neste período Jacques Le Goff e Pierre Nora lançam a obra *Nova História: problemas, objetos e abordagens*. A utilização de fontes literárias para a História ocorre através de múltiplas formas, pois os significados operados também são múltiplos e podem variar dependendo dos gêneros, sejam prosas, contos, romances, ou outros. Cada qual com suas características específicas podem nos fornecer diversificado aparato para a pesquisa histórica. Cabe ao historiador recolher, organizar e selecionar qual a espécie de narrativa mais adequada para a figuração e dotação de sentido do passado que deseja retratar. Estas fontes podem nos dizer muito sobre os personagens e a época em que viviam, nos proporcionam grandes possibilidades de compreensão e de interação com tempos passados (CAMILOTTI, 2009, p. 470).

Este trabalho permite, portanto, articular História e Literatura, na análise da loucura. Dito isto, a expressão literária pode ser tomada como forma de representação social e histórica, sendo a Literatura testemunha de uma época, sendo produto sócio cultural que representa as práticas e pensamentos que circulam em determinada sociedade e em determinado tempo histórico. O uso da Literatura, nos fornece aspectos diversificados, pois:

[...] a sintonia fina de uma época, fornecendo uma leitura do presente da escrita, pode ser encontrada em um Balzac ou em um Machado, sem que nos preocupemos com o fato de Capitu, ou do Tio Goriot e de Eugène de Rastignac, terem existido ou não. Existiram enquanto possibilidades, como

perfis que retraçam sensibilidades. Foram reais na “verdade do simbólico” que expressam, não no acontecer da vida. São dotados de realidade porque encarnam defeitos e virtudes dos humanos, porque nos falam do absurdo da existência, das misérias e das conquistas gratificantes da vida (PESAVENTO, 2006, pp. 2-3).

Ao nos debruçarmos na obra *Canto dos malditos* podemos, através de suas palavras, compreender sobre a experiência de dor vivida nos manicômios, como também podemos ter contato com as vigências discursivas, costumes e leis, que estavam em plena atuação em seu recorte histórico.

Adotar uma busca metodológica pelo tema e torná-lo objeto de estudo, aliado à vertentes teóricas que dialogam, faz com que seja possível produzir trabalhos de grande riqueza, sendo a Literatura uma fonte em si mesma, testemunho de si própria, pois o que ela fornece ao historiador não é o tempo da narrativa, e sim o tempo em que a narrativa foi escrita – seu enredo contém pistas sobre o autor e também sobre a época, podendo mostrar, por exemplo, o horizonte de expectativas de um tempo, expresso em forma de texto literário e que, de certa forma, facilita a existência do “inter-esse” com sujeitos que não necessariamente estejam nos ambientes acadêmicos, pois ao se utilizar a Literatura, sua popularidade já está presente na população em geral.

no universo amplo dos bens culturais, a expressão literária pode ser tomada como uma forma de representação social e histórica, sendo testemunha excepcional de uma época, pois um produto sociocultural, um fato estético e histórico, que representa as experiências humanas, os hábitos, as atitudes, os sentimentos [...] e as questões diversas que movimentam e circulam em cada sociedade e tempo histórico. A Literatura registra e expressa aspectos múltiplos do complexo, diversificado e conflituoso campo social no qual se insere e sobre o qual se refere. Ela é constituída a partir do mundo social e cultural, e, também, constituinte deste (PESAVENTO, 2006, p. 9).

Portanto, através dos relatos de memória de Bueno ao se deparar com uma sequência de interdições e violações, subsidiadas por determinadas posições da sociedade e pelas ações das instituições, se faz necessário, para a discussão proposta, sua relação com as contribuições de *História da loucura*, de Foucault, onde encontramos similaridades na História com outros personagens “símbolos” da exclusão: leprosos e portadores de doenças venéreas.

Bueno ao ser interdito, toma lugar do sujeito da desrazão, entretanto, no decorrer dos acontecimentos, ele faz o processo de escrita de si, e coloca-se novamente na posição de sujeito da razão, tais movimentos pôde ser encontrado nas reflexões sobre as práticas de subjetivação, nas contribuições de Foucault.

Conseqüentemente, ao analisar a sociedade brasileira de 1970, tendo como governo uma ditadura, tornou-se inquietante tentar perceber o caminho que possibilitou, no imaginário popular, a existência da cultura manicomial. E, tendo como um dos “passaportes” para essa reflexão as memórias do autor do livro *Canto dos malditos*, se fez necessário buscar contribuições em obras como *Memória coletiva*, de Halbwachs (1990), como também *Mémoria, esquecimento e silêncio*, de Michel Pollack (1989).

Perpassando pelas buscas documentais de obras já publicadas e consolidadas, como também por trabalhos analíticos que comentam e analisam o tema a partir de determinadas fontes teóricas, a análise da obra literária de Austregesilo Carrano Bueno, presente nesse trabalho, foi dividida em um primeiro momento, na busca por analisar as experiências de memória sobre os manicômios

brasileiros a partir da obra referenciada, buscando entender as nuances dessa instituição manicomial no território brasileiro. Posteriormente, no segundo momento, o foco se deu em torno da Ditadura Civil-Militar no Brasil, e como uma sequência de posições e sansões governamentais tornou possível a interdição dos sujeitos considerados indesejáveis. Na sequência, foi exposta a obra em foco e a vida do autor, buscando evidenciar suas ambições e relações momentos antes de sua internação. Por fim, o direcionamento deste trabalho teve foco nos relatos de memória de Bueno, já interditado nos manicômios, com suas experiências de dor que ele pôde escrever através da sua ação de escrita de si (Foucault, 1983).

2. AS EXPERIÊNCIAS DE MEMÓRIA SOBRE MANICÔMIOS BRASILEIROS A PARTIR DO CANTO DOS MALDITOS

As memórias de Austregésilo têm eco no livro *Canto dos malditos*, de sua autoria, onde está presente sua experiência no interior dos manicômios. A realidade violenta e segregadora que o permeia tem raízes em tempo anteriores à década de 1970 na realidade brasileira.

Na primeira metade do século XIX, no Rio de Janeiro, existia a Santa Casa de Misericórdia, local que abordava demandas como assistência, auxílio aos pobres e crianças carentes, serviços funerários e execução de testamentos. Este local, onde não havia tratamento especializado sobre os pacientes mentais, fazia o papel assistencial pioneiro de indivíduos em estado de fragilidade. Naquele momento, era frágil a organização para separar e tratar os que eles julgavam serem doentes.

Até esse momento, havia trânsito comum em sociedade das pessoas com necessidades mentais, que se enquadravam na concepção do "Indivíduo a ser corrigido", que habitava entre familiares e tinha suas conexões sociais. Mesmo que esse "indivíduo a ser corrigido" fosse considerado espontaneamente incorrigível, sua existência no meio social era aceita, pois a criação de tecnologias podia trazer a sua reeducação. Entretanto, a partir da segunda metade do século XIX, o discurso sobre esse sujeito se enquadraria na criminologia (FOUCAULT, 1986.)

As instituições psiquiátricas gestadas no Brasil durante o século XIX, com o êxodo dos indivíduos considerados anormais das ruas para o interior dos hospitais gerais, deram início ao processo sistematizado de exclusão, pois a associação paulatina entre "loucura" e "criminalidade" possibilitou o movimento da forma que se tratava como assunto da alteridade. O poder de punição deixou de ser exercido como rito pedagógico e passou a funcionar por meio dos mecanismos de vigilância e controle. Há portanto, a mudança no foco do crime, para o criminoso:

Os usos físicos do homem dependem de um conjunto de sistemas simbólicos. Do corpo nascem e se propagam as significações que fundamentam a existência individual e coletiva; ele é o eixo da relação com o mundo, o lugar e o tempo nos quais a existência toma forma através da fisionomia singular de um ator. Através do corpo, o homem apropria-se da substância de sua vida traduzindo-a para os outros, servindo-se dos sistemas simbólicos que compartilha com os membros da comunidade (LE BRETON, 2006, p. 7).

Portanto, tendo o corpo como foco, este se torna o protagonista das ações de exclusão, por uma sociedade individualista, fortemente direcionada pela lógica do consumo, potencializada após a Revolução Industrial. Cria-se então, a base para as diferenciações sociais e culturais: a sociedade a partir do seu imaginário biológico,

naturaliza as diferenças sob a justificativa das observações científicas e assim embasa sua ação de separação e dominação desses corpos.

Em 1852, portanto, após solicitação do diretor da Santa Casa de Misericórdia para o ministro do Império, inaugura-se o Hospício de Pedro II, tendo como local de instalação a Praia Vermelha, local distante do Centro da cidade, estratégia deliberada de exclusão do meio urbano, conforme afirmou Roberto Machado, no livro *Danação da norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil* (1978). Após a proclamação da República, a instituição teve o nome alterado para, Hospício Nacional de Alienados, que passou a ser administrado pelo Ministério da Justiça. É nesse interin que se acoplaram os ambulatórios, entretanto, comumente instalados separadamente da ala dos doentes mentais, estes atentavam aos dependentes de drogas e álcool. Essa separação mostra a ação da exclusão, e não da recuperação e da reinserção em sociedade.

Mantidos em alas proibidas aos olhos dos visitantes, constituem-se em uma verdadeira vergonha para a uma sociedade de "normais". Num martírio lento, eles esperam que as drogas os matem, explorados pela instituição que agora recebe os elogios da sociedade, por mantê-los sem condições mínimas de higiene e valorização humana. Já serviram às experiências para uso de novas drogas, novas teses, novos tipos de tratamento. Fizeram sua parte como cobaias. Agora são lixos humanos. Empilhados como inúteis, esperam lentamente que os efeitos de anos de medicamentos os matem. Que caridade é essa? Mais caridoso seria eliminá-los de uma vez, limpando assim a vergonha de uma sociedade hipócrita (BUENO, 2004, p, 78).

O fragmento citado é um momento de reflexão de Bueno, autor da obra *Canto dos Malditos* acerca do tratatamento à base da interdição, aos internos do Hospital Psiquiátrico Bom Recanto, no qual ele estava inserido. É através dessa percepção que podemos refletir acerca de qual o papel dessas instituições na vida desses sujeitos, pois o emprego da expressão "interdição" não se refere exclusivamente ao corpo, mas sob as expressões que o sujeito pratica com a sociedade, sua subjetividade é diminuída ao nível do não importante, sendo assim, banalizado.

O individuo alvo, perde seu poder de fala, sucumbindo seu lugar no mundo social, ocupando o lugar da desrazão, que significa justamente sua falta de razão, não sendo necessário ser ouvido, legitimando assim sua interdição (Foucault, 1986) Esse movimento só é possível devido aos discursos que transitam em uma determinada sociedade, em determinado tempo, construindo nosso imaginário coletivo.

As instituições, a exemplo dos hospitais psiquiátricos, servem, portanto, como agentes instauradores desses discursos, nos quais se torna possível a ação prática do que se foi produzido, pois, partindo da lógica de que, na sociedade a prática discursiva é, ao mesmo tempo, controlada, selecionada e redistribuída por procedimentos que tem como objetivo instaurar e estabelecer "a verdade" dominando acontecimentos, pode-se explicar a interdição.

Em 1968, houve a instauração do Ato Institucional 5 (AI-5), editado pelo governo de Costa e Silva, em 13 de dezembro de 1968. Este ficou conhecido por ser abertamente autoritário e por ter estabelecido mecanismos legais que aumentaram o aparato de repressão dos militares. Esse ato foi resultado de um interesse de longa data dos militares pelo fechamento do regime, sendo também uma resposta deles à "crise política" de 1968, que ficou marcada por ações de oposição de trabalhadores, estudantes, artistas, intelectuais, membros da Igreja e até de políticos tradicionais. A estratégia da interdição, seja pelas prisões, extradições, ou internações, era o *modus*

operandi vigente pelos governantes. Diversificados eram os alvos, como também os motivos que eram propagados na sociedade que legitimavam essas ações, seja pelo estilo visual, vícios, posição política ou até estilo de música:

Os anos 70 foram também marcados pela tortura da polícia brasileira. Barbarizavam, pois o famigerado AI-5 lhes garantia essas atividades. Torturavam, desapareciam com pessoas, tudo em nome da Lei, chegando ao ponto das atitudes desses carrascos ultrapassarem as barreiras nacionais. Os jovens, os cabeludos maconheiros, como eramos denominados por uma sociedade dirigida a pensar como os ditadores desejavam, eram alvo de todas as atenções. Os dirigentes-ditadores, inteligentemente, desviavam a atenção da sociedade em nossa direção. Enchiam os jornais de manchetes como "Maconheiro cabeludo estupra menor", "Maconheiros cabeludos assaltam para comprar drogas". e outras manchetes desse gênero. Criavam na população aversão a qualquer jovem que usasse cabelos compridos. Fomos assim perseguidos não só por policiais, mas também discriminados e repudiados até por nossos familiares (BUENO, 2004.,p 48-49).

Em o *Canto dos malditos*, Austregésilo Carrano Bueno tem, na escrita de sua obra, o significado de denúncia e brado de resistência em relação às experiências vividas por ele durante anos de internação nas instituições manicomiais. Sua escrita de si (Foucault, 1983), atuou como processo emergente de subjetivação, contendo perigos e sentimentos de solidão, movendo-se com o olhar sobre o que se faz ou o que se pensou, realizando atos de reflexão. O ato de escrever sobre si desempenha o papel do exercício meditativo, que possibilita pensar sobre si mesmo, reativando o que se sabe, refletindo sobre esses saberes, assimilando-os:

[...]mas percebe-se também que a escrita está associada ao exercício do pensamento de duas maneiras diferentes. Uma toma a forma de uma série linear; vai da meditação à atividade da escrita e esta ao gummazein, quer dizer, ao adestramento na situação real e à experiência. A outra é circular, à meditação precede de notas, que permitem a releitura, que por sua vez, revigora a meditação. A escrita constitui um papel essencial no processo para qual tende toda a askêsis: ou seja, a elaboração dos discursos recebidos e reconhecidos como verdadeiros em princípios reacionais e de ação. [...]ela é a operadora da verdade em êthos (FOUCAULT, op. cit., p. 147).

Para realizar o processo de escrita de si, pressupõe-se o exercício da memória, aqui compreendida como a memorização cognitiva de acontecimentos e experiências vivenciadas. Entretanto, esta ação deliberada e subjetiva nos apresenta traços não apenas individuais, mas também sociais-históricos, pois como Paul Veyne afirmou, "Todo quadro tem dois autores, o artista e seu século" (VEYNE, 1983, p. 28).

Ao buscar nos relatos de experiência de Bueno, em sua escrita de si, pontos determinantes para que possa criar uma reflexão crítica sobre o contexto em que ele estava inserido, nos deparamos com a necessidade de elucidar a relação entre memória individual e coletiva, mostrando que não são antagônicas, mas que se completam e se confundem. Jô Condar, recorrendo a Freud, pôde escrever

Deste mesmo modo, não podemos afirmar que um sujeito tenha um inconsciente. Não somente porque o inconsciente é alteritário, nu duplo sentido –constituído pelo outro e capaz de fazer do sujeito um outro com relação a si próprio –mas porque ele não é algo que exista na interioridade

do homem. O inconsciente só pode existir na relação com o outro: ele se localiza num espaço topológico, onde não distinguimos mais o fora e dentro; ele é relacional por excelência, não podendo ser considerado como posse de um sujeito (JÔ CONDAR, 2008, p. 5).

Portanto, a história de um sujeito, individual ou coletiva, pode ser a história dos diferentes enfoques que existem em suas relações, dando assim, possibilidade para que a memória, ao invés de ser resgatada, possa ser criada e recriada a partir de novos sentidos, que a todo tempo se produzem tanto para os sujeitos individuais quanto para os coletivos. O autor, ao viver as experiências de sua vida e denunciá-las, através do processo de relatos de experiência de dor no livro *Canto dos malditos*, fez com que este pudesse ser usado como instrumento *a posteriori* de sua formulação, para o que seria a luta anti-manicomial.

A escrita, para Bueno, é uma ferramenta terapêutica, pois nossas memórias são muito importantes para a nossa saúde mental. Quando projetadas através de palavras, elas retornam ao sujeito que fala, em forma de escuta, realizando, assim, o processo de perlaboração (LaCapra, 2005), ou seja, reelaboração e dinamização de fatos/traumas vividos.

Pollak (1992) afirmou que, a priori, a memória assemelha-se a um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa, mas que Maurice Halbwachs já havia ressaltado que a memória deve ser percebida como um fenômeno coletivo e social ou, em outras palavras, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações e mudanças constantes. A memória individual é relacional com a construção da memória coletiva/social, uma vez que as lembranças são constituídas no interior de um grupo e têm a linguagem como seu meio de socialização.

Se nossa impressão pode apoiar-se não somente sobre nossa lembrança, mas também sobre a dos outros, nossa confiança na exatidão de nossa evocação será maior, como se uma mesma experiência fosse começada, não somente pela mesma pessoa, mas por várias (HALBWACHS, 1990, p. 25).

Pode-se dizer, portanto, sobre o pensamento de Halbwachs (1990), que as memórias são constituídas por grupos sociais. São os indivíduos que lembram, no sentido literal, físico, mas são os grupos sociais que determinam o que é “memorável”, e também como será lembrado. Assim, as memórias social e individual se interligam. Dessa forma, o que está em jogo não é como as pessoas lembram, mas sim em que contexto isto ocorre.

Os grupos aos quais convivemos é que estruturam nossa memória. O grupo é importante, é fundamental o processo de socialização que vem através da linguagem que possibilita contar a história. As rememorações vêm de acordo com a vivência que o tempo presente suscita.

Recordar é ter uma imagem do passado. Essa imagem é uma impressão deixada pelos acontecimentos ocorridos e que permanece fixada no “espírito”; Portanto, a repercussão dos relatos de Austregésilo em sua obra tomou força através de contextos históricos-sociais que possibilitaram sua expressão, não permanecendo, assim, nos “halls subterrâneos” da memória. Relatos de experiência como esta, tiveram a possibilidade de emergir:

O que mais me chamava a atenção era aquele grupo, no canto coberto... tinha um sujeito enorme, forte, meio gordo ou inchado, com um corte de

cabelo estilo militar. Não parava de balançar a mão direita e virava a cabeça de um lado para o outro. Era uma figura assustadora. Outro sujeito corria de um canto para outro, soltando um tipo de grunhido. Havia alguns com as calças molhadas e sujas, devia ser urina e fezes. Um outro escorregava andando com o corpo e o rosto enconstados na parede, parecendo querer entrar, fazer parte daquela parede, esconder-se de todo, misturar-se com o concreto. Era uma visão triste: aquelas pessoas reduzidas àquilo. Eram pessoas sim, seres humanos, mas pareciam feras torturadas, agoniadas, com alguma coisa mordendo seus corpos e rasgando-lhes também a alma. Os que haviam tomado café comigo pareciam normais e não estavam em farrapos, como aqueles lá do canto. Havia outros malvestidos ou sujos, esparramados na pouca grama. Mas os daquele canto eram diferentes, pareciam a degradação de uma raça sobrevivente de uma guerra nuclear. O desespero em seus olhares, o medo em seus atos... a individualidade em suas fantasias, apenas quebradas por algum ato de violência de um para com o outro (BUENO, 2004, p.54-55).

Os relatos de Bueno nos revelam a dor e sofrimento sentidos por ele através do aprisionamento do seu corpo, da sua expressão/subjetividade, da sua liberdade. A experiência é o que nos acontece e o saber da experiência tem a ver com a elaboração do sentido do que nos acontece. Afimou Larrosa que:

O acontecimento é comum, mas a experiência é para cada qual sua, singular e de alguma maneira impossível de ser repetida. O saber da experiência é um saber que não pode separar-se do indivíduo concreto em quem encarna. Não está, como o conhecimento científico, fora de nós, mas somente tem sentido no modo como configura uma personalidade, um caráter, uma sensibilidade ou, em definitivo, uma forma humana singular de estar no mundo, que é por sua vez uma ética (um modo de conduzir-se) e uma estética (um estilo). Por isso, também o saber da experiência não pode beneficiar-se de qualquer alforria, quer dizer, ninguém pode aprender da experiência de outro, a menos que essa experiência seja de algum modo revivida e tornada própria (Larrosa, 2002. p, 6.)

Sendo o sujeito da experiência um ser perpassado pelo que lhe toca, e agindo de forma ativa e passiva no que diz respeito à sua posição diante do que lhe acontece, e como a elaboração desse acontecimento constrói sua subjetividade, Austregésilo transmitiu, através de suas palavras, a insatisfação do aprisionamento/internamento, o desespero da espera das sessões de eletrochoque, a sensação de inoperância diante de uma estrutura que aprisiona seus movimentos.

Sua expressão é uma denúncia, pois no Brasil na década de 1970, a realidade das instituições manicomiais estava alinhada à lógica da interdição, e da tortura, concomitantes às posições do governo, constituindo parte de um todo. Os relatos contidos no livro *Canto dos malditos* podem servir como voz em teor de denúncia de outros sujeitos, cada um com sua experiência vivida, mas que compartilham a dor da separação dos que amavam e das coisas que gostavam de fazer, pois os relatos de experiência de dor, podem ser lidos e lembrados, cada qual de sua maneira.

O local abrigava alcoólatras, prostitutas, epiléticos, esquizofrênicos, homossexuais, adolescentes que engravidavam antes do casamento, esposas de políticos que queriam viver com as suas amantes etc. De acordo com as estimativas, 70% dos habitantes do estabelecimento não possuíam problemas mentais e não deveriam ter passado por lá. No entanto, uma vez que chegavam ao local, eram tratados como animais. Viviam nus, passavam frio, dormiam ao relento e muitas vezes se

alimentavam de ratos e tomavam água de esgoto. Destituídos de qualquer dignidade ou orgulho, não tinham poder de escolha, de opinião ou de pensamento. Muitas vezes, se esqueciam até mesmo do nome (ARBEX, 2013, p, 33).

Entretanto, tais memórias, quando saem do subterrâneo e se tornam visíveis, podem colidir com outros posicionamentos vigentes da sociedade, promovendo disputas. Contudo, até que algumas memórias subterrâneas possam se expressar, por vezes antecede-se o silêncio, que pode ocorrer por diversos motivos, que longe de ser um esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizades, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas.

Embora na maioria das vezes esteja ligada a fenômenos de dominação, a clivagem entre memória oficial e dominante e memórias subterrâneas, assim como a significação do silêncio sobre o passado, não remete forçosamente à oposição entre Estado dominador e sociedade civil. Encontramos com mais frequência esse problema nas relações entre grupos minoritários e sociedade englobante (POLLAK, 1992, p, 3).

Após a escrita do seu livro, Bueno encontrou dificuldades para lançá-lo, pois, alguns processos judiciais foram iniciados. Houve o lançamento da 1ª edição do livro em 1990, pela Scientia et Labor, Editora da Universidade Federal do Paraná. Dias após o lançamento, o livro foi retirado das livrarias a mando de um *lobby* de psiquiatras, só voltando a ser publicado em 1991, pela Editora Lemos, de São Paulo, Carrano comprava a edição e a vendia em seminários, palestras, feiras culturais, entre elas uma em um *shopping* da cidade, por onde chegou às mãos da diretora do filme Laís Bodanzky.

Ele chegou a publicar sete edições do livro sem ser vendido em livrarias. O livro *Canto dos Malditos* foi cassado, retirado novamente das livrarias e proibido em todo o território nacional, em abril de 2002. Da primeira Ação Indenizatória por erro, tortura e crime psiquiátrico no Brasil, de vítima virou réu, em maio de 1999 foi condenado a pagar certa quantia aos donos dos manicômios dos quais foi vítima.

Entrou com recurso no Supremo Tribunal Federal em Brasília. Em novembro de 2003 foi condenado novamente, por citar os nomes dos hospícios e dos médicos na imprensa, e por estas citações chegou a receber ameaças de morte, relatados por ele. Na sentença desse processo seu direito de livre expressão foi cassado, foi proibido de falar o nome de seus torturadores em público, com uma multa de R\$ 50.000.00 a cada desobediência jurídica (Tribunal de Justiça do Paraná). Julgado pelo judiciário paranaense, de vítima da tortura psiquiátrica se tornou réu por denunciar, exigir mudanças radicais, indenizações, cobrança de responsabilidades dos profissionais dessa falsa Psiquiatria que confina, droga e mata pessoas em suas “casas de extermínios”.

Esse caos, que podemos chamar de “holocausto psiquiátrico brasileiro”, apresenta um histórico que nos prova que os únicos beneficiados foram os donos de hospitais psiquiátricos particulares – os “empresários da loucura” -, hoje ricos e com suas famílias milionárias. Essas fortunas psiquiátricas foram conquistadas graças a falcatruas econômicas, ao confinamento, à dor, ao sangue e à morte de milhares de cidadãos brasileiros (BUENO, 2004, p. 171).

Percebe-se, portanto, que a dinâmica das memórias emergentes com os discursos já instaurados, pode promover silenciamento, conseqüentemente gerando esquecimento, o qual não se dá de forma inata e natural, mas deliberada socialmente, fruto de acordos e desacordos.

3. A DITADURA MILITAR BRASILEIRA: NARRATIVAS E DESAFIOS EM CONTEXTOS SOCIAIS E POLÍTICOS

No decorrer das décadas de 60 e 70 do século XX, a partir da instauração, na sociedade brasileira, da Ditadura Civil Militar, o país consolidou dispositivos repressivos e autoritários contra grupos historicamente marginalizados, especialmente contra os considerados loucos, indígenas e os sujeitos opostos às crenças governamentais vigentes.

Como já citado nesse trabalho, o "leque" de alvos da Ditadura Civil-Militar no Brasil era vasto, e as casas de internação foram parte fundamental da estratégia de interditar esses alvos. As internações compulsórias foram constantes, pois conforme dados do Ministério da Saúde, nos anos de 1970, 1980 e início dos anos 1990, ocorriam, em média, seiscentas mil internações por ano nos hospitais psiquiátricos brasileiros, e a média de mortes era de 15 a 20 mil por ano.

Austregésilo Carrano Bueno, que posteriormente seria um dos nomes importantes no processo na luta anti-manicomial no Brasil, em 1974 foi internado devido ao seu pai ter achado um cigarro de maconha em seu bolso, e este fato foi motivo suficiente para que, coercitivamente, ele fosse internado contra sua vontade.

Percebe-se, portanto, que a existência da disciplina estava presente em todos os âmbitos da sociedade, seja na forma de cláusulas, leis e emendas geradas pelo Governo, ou até mesmo através dos veículos de informação, que têm como função instaurar discursos para uma sociedade, e a partir desse movimento, criar verdades. Como se pode evidenciar nas palavras de Israel Bueno, pai de Bueno, após saber da violência que seu filho sofreu dentro dos manicômios em que esteve

Na verdade, minha gente [família] não conhecia os efeitos maléficos que causam às pessoas os tóxicos em suas diversas modalidades. Seria ótimo que as autoridades, que tratam desse assunto, criassem, por meio de livretos didáticos, um serviço para instruir tanto crianças como adultos sobre o que realmente causa a dependência, que requer um internamento em lugares confiáveis, enfim, tudo sobre todos os tipos de tóxicos. E não essa generalização sobre o assunto drogas que só nos deixa inseguros. Como consequência, não sabemos como agir com nossos filhos quando deparamos com tais situações, o que nos leva a cometer erros irremediáveis. Foi o caso da internação do meu filho (BUENO, 2004, p. 162-163).

Observamos que a ação do pai ao levar seu filho ao intermanento foi um ato "esperado" dentro da realidade na qual eles estavam inseridos, pois estavam em circulação determinados discursos que justificavam o caminho da interdição, gerando assim, verdades convenientes para o Governo repressivo vigente. Tais conclusões são características de governos repressivos, pois através da disciplina, controlam-se os corpos físicos e busca-se interferir na subjetividades dos sujeitos, em prol de sua adequação.

Esse movimento é possível através do poder disciplinar, sendo ações sobre ações possíveis, operando sobre o campo de possibilidades em que se inscreve o comportamento dos sujeitos, incitando, induzindo, desviando, facilitando ou tornando

mais difícil, ampliando ou limitando, tornando mais ou menos provável, coagindo ou impedindo, e essa ação disciplinar é o método que busca o produto da sua ação, a instauração de verdades convenientes.

A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeito regulamentador de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua "política geral" de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe faz funcionar como verdades; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns aos outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para obtenção da verdade; o estatuto daqueles que tem o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (FOUCAULT, 1986, p. 12).

No período da Ditadura Civil-Militar, aproximou-se a subversão e a loucura, tendo nessa duplicidade a função da interdição dos indesejados. O objeto "louco político" entrelaça dois mundos: o psiquiátrico e o jurídico, com a clara função de punir. Tais ações eram colocadas no mundo prático através das instituições de controle, como os manicômios que tinham a fama na sociedade de curar os pacientes, sob o olhar médico. Percebe-se, portanto, que o ato de punir os sujeitos indesejados implicava em interdita-lo em todos os níveis, inserindo-o no lugar do sujeito da desrazão

Esse movimento de criminalização conseguia preencher várias lacunas criadas pela Ditadura, pois o mundo estava polarizado após a Segunda Guerra Mundial, e o trato com a política foi se modificando, pois naquele momento, nas palavras dos detentores do poder, havia uma ameaça comunista que precisava ser combatida. E este emprego do termo "combate" era muito abrangente no que diz respeito ao outro, pois estavam inclusos a tortura, as internações, os assassinatos, as demissões por motivos fúteis e o desaparecimento de pessoas.

Conforme o livro *Canto dos malditos* (2004), em 1964 haviam 79 hospitais psiquiátricos no Brasil. Em 1985, com o fim do regime militar, esse número já havia subido para 453, sendo apenas 10% públicos. Os militares financiavam a construção dos hospitais psiquiátricos, desde que eles trabalhassem para o regime e aceitassem as pessoas que eram "contra, ofendiam ou ameaçavam os olhares dos valores do regime militar" (BUENO, 2004, p. 170).

A Ditadura Civil-Militar, portanto, atuou como sistema produtor da loucura, uma vez que ao interditar o sujeito e colocá-los em condições de dor e sofrimento a partir de técnicas de tortura, a exemplo dos eletrochoques, promovia o surgimento real de patologias neurológicas e físicas nas vítimas, e operou também como perpetrador da alteridade, uma vez que, como afirma Deleuze e Guattari (1966) no livro *Capitalismo e esquizofrenia*, a afirmação do sistema capitalista estimulou a prática do julgamento repressivo aos diferentes, e como consequência da lógica dos modos de produção, os sujeitos vigiam, rotulam e segregam seus alvos.

4. NARRATIVAS DE MEMÓRIA DE AUSTREGÉSILO EM CANTO DOS MALDITOS

O estudo proposto está direcionado a refletir acerca do contexto histórico e das discursividades presentes na obra *Canto dos malditos*, de Austregésilo Carrano Bueno. Com 17 anos, residente na cidade de Curitiba, capital paraense, Bueno estava a caminho do término letivo do último ano, no Colégio Estadual do Paraná, com suas expectativas direcionadas para o vestibular, tendo como vislumbre

ascender e ter uma vida melhor financeiramente, uma vez que ele e seus pais tinham padrão financeiro de classe baixa.

Nas reflexões do autor, até sua adolescência, suas ações eram privadas pelos pais, minando sua liberdade, isso foi um dos motivos pelos quais, quando conquistada tal liberdade, a intensidade e a vontade de "viver" se apresentaram. Ao começar a trânsitar na rua com os amigos, usando drogas lícitas e ilícitas, Bueno estabeleceu sua posição diante do seu contexto:

Até os doze ou treze anos fui muito vigiado, não tinha liberdade de ser moleque. Isso me criou sérios problemas de relacionamento, prejudicando meus estudos no ginásio. Eu era muito medroso, tinha medo de brigar. Os outros moleques se aproveitavam desse medo. Eu apanhava da minha mãe o suficiente, em casa. Ela se concentrava muito em sua profissão de costureira e não permitia que eu a perturbasse. Mas as encheções de caso dos outros moleques chegaram ao limite. Um belo dia, abri a cabeça de um deles com uma pedra. Quase fui expulso do Ginásio. Depois da conversa com o diretor, e algumas explicações, minha mãe começou a me soltar mais e mais. E a liberdade da rua é apaixonante. De repente, o mundo se apresentava à minha frente. Cresci um adolescente revoltado, como a maioria dos adolescentes de classe pobre. Vendo tudo, querendo tudo e não tendo nada. Meus velhos [pais] assumiram uma atitude de passividade. Não ousavam prender-me em casa. Sabiam que iria agredi-los. Não fisicamente, mas verbalmente. Não tinham mais nenhum domínio sobre mim (BUENO, 2004, p. 20).

Assim, ele tomou um direcionamento de suas ações, sob o processo de construção de sua subjetividade, seja lida por suas experiências pessoais, e o contexto social e cultural em que estava inserido, e era na diferenciação dos demais "normativos" que residia sua sensação de pertencimento. Sua expressão acontecia também nos lugares onde frequentava, e um desses locais era o Foto, lugar onde ele e sua turma se reuniam para fumar baseados, conversar sobre assuntos que não falavam em outros âmbitos, usar medicamentos para fins recreativos, como o Artane, que servia para tratamento de Parkinson, como também levar garotas e jogar video-games.

Esse Grupo, segundo o autor, causava inveja aos outros jovens, "experiências de um mundo misterioso e envolvente que atrai a curiosidade de todos [os jovens]: as drogas" (BUENO, 2004, p. 11). Seus dias eram configurados em ir à escola e estudar as matérias necessárias, pois o vislumbre dos estudos nunca foi deixado de lado, como também, com seus amigos, trocando experiências e usando entorpecentes. Tendo em vista o contexto político vigente, diariamente eles se colocavam em risco de serem pegos pela polícia. Além disso, o conceito de "drogados" para sua turma, girava em torno de drogas injetáveis, sendo assim, nenhum deles ali estava enquadrado nessa nomenclatura, até que essa linha de tomar "picos" fosse ultrapassada.

Bueno tinha muito apreço pelas aulas de artes, e alimentava o sonho de se formar como jornalista. No contexto da Ditadura, assim como diversos outros garotos de sua geração, durante a adolescência, construía, por, meio de seus discursos, que emergiam tanto de seus dizeres como de seu corpo e comportamento, um lugar de resistência, rebelando-se contra os abusos de violências que ocorriam naquele período.

Sobre o corpo se encontra o estigma dos acontecimentos passados do mesmo modo que nele nascem os desejos, os desfalecimentos e os erros;

nele também se atam e de repente se exprimem, mas nele também se desatam, entram em luta, se apagam uns aos outros e continuam seus insuperável conflito. O corpo: superfície de inscrição dos acontecimentos (enquanto que a linguagem os marca e as ideias os dissolvem), lugar de dissociação do Eu, (que supõe a quimera de uma unidade substancial), volume em perpétua pulverização (FOUCAULT, 1986, p.22).

Portanto, foi a partir dessas ações de resistência que Austregésilo seria capturado e interditado do meio social, pois na década de 1970 era comum a patologização do "subversivo". Ser jovem e "drogado" eram motivos suficientes para colocar o sujeito livre em situação de enclausuramento, criminalizando-o, pois era visto como um ser de grande periculosidade e violência, sendo uma ameaça eminente à ordem vigente, sendo necessárias ações de identificação e de controle.

Bueno, portanto, como drogado e subversivo, estaria dotado de problemas psicológicos graves e sérios, considerado doente. Ele seria, desta maneira, uma ameaça aos valores constituídos, como a família, a religião e a pátria; um elemento perigoso socialmente, dotado de uma série de valores morais questionáveis, desta forma, em meio à Ditadura, ser subversivo era sinônimo de ser criminoso, doente.

Em outubro de 1977, Israel Carrano Bueno, pai de Austregésilo, leva o filho, sem muitas explicações, ao internamento no hospital Bom Recanto. Ação realizada após encontrar, no bolso do casaco do filho, um cigarro de maconha. O primeiro movimento de Israel, antes mesmo de cogitar o internamento, foi consultar um amigo policial, que de prontidão indicou a instituição citada.

- Calma, não adianta você ficar nervoso. Nós o trouxemos aqui para você se curar...
- Curar, curar de que pai?
- Do teu vício de fumar maconha.
- Do meu vício de fumar maconha? Eu não sou viciado em droga nenhuma! E outra: maconha não causa dependência orgânica nenhuma, é tudo papo furado.
- É o que você diz. Maconha é uma droga que vicia e mata. Os jornais estão aí, a toda hora. Eu não quero que meu filho vire manchete de jornal. (BUENO, 2004, p. 112).

Neste recorte podemos evidenciar a parte que seu pai relata os motivos daquela atitude, residindo nos discursos vigentes naquele momento, o medo de "perder" seu filho para a criminalidade, ou até para a morte. Discursos difundidos pela mídia logram grande êxito no imaginário coletivo, uma vez que, além do estímulo auditivo, propagando conteúdos através das palavras, também se apresentam as imagens, que no caso relatado, os jornais normalmente estampavam em suas capas, imagens de "drogados" criminosos, e as famílias repudiavam a possibilidade de ver algum parente naquele lugar de exposição. Lopes e Nascimento em *Saúde e imprensa – O público que se dane!* explicitam esse sensacionalismo:

A evolução da área de saúde foi sendo acompanhada nas duas últimas décadas de manifestações cada vez mais organizadas das categorias que se inserem em suas atividades básicas. Consequentemente, as notícias relacionadas à área de saúde passaram a ocupar cada vez mais espaço nos jornais, rádios e televisões, trazendo à tona discussões entre a imprensa e a comunidade médica sobre questões como ética e privacidade, seriedade e sensacionalismo. Geralmente discriminatórias e preconceituosas, quando não tendenciosas e consequentemente desinformativas, as coberturas estabelecidas pelos meios de comunicação demonstram que existem dificuldades no relacionamento entre as

denominadas fontes jornalísticas (médicos e demais profissionais de saúde) e repórteres, refletindo-se sobremaneira na apresentação das informações para a opinião pública (LOPES; NASCIMENTO, 1997, p. 2)

Desta maneira, uma vez fundamentados para a população os motivos que levariam à interdição de sujeitos, tal prática estava livre para ser realizada, principalmente após a vigência do AI-5, de 1968. No caso de Bueno, seu “passaporte” para uma fase da sua vida repleta de angústia e sofrimento foi um cigarro de maconha.

No primeiro dia internado, vestido com pijama azul de bolinhas, se deparou com um grande compartimento, com grandes mesas longas e largas, com muitas pessoas tomando café, onde ele também sentou para se alimentar. Após o término, foi encaminhado para o pátio, onde teve seu primeiro contato próximo com os seus “companheiros” de instituição.

Nesse momento, emergiu em Bueno o pensamento que um mal entendimento do pai e o descaso da instituição que não fez nenhum exame para certificar o estado do paciente, foram motivos para que ele estivesse naquele local, estranho e diferente aos seus olhos. Além do total desamparo, não conseguindo fazer a ligação entre ele e aqueles sujeitos que estavam em sua presença, ele percebe o espaço geográfico do pátio, que continha uns 20m² cercado por um muro de 5m de altura.

Pai, por que fez você fez isso comigo? Eu, dentro de um lugar desses... e meus estudos? Se tivéssemos conversado, pai, eu lhe provaria que não sou um viciado... não sou, pai" Não precisava me trazer para cá. Por que não conversamos pai? Por que não conversamos, porra? (BUENO, op. cit. ,p. 57)

No momento da reflexão e do sentimento de estranhamento, aparece o médico responsável, e Bueno se projeta para falar com ele, entendendo que ao explicar sua situação para o médico ficaria claro o entendimento que não havia necessidade de mantê-lo internado. Porém, pouco caso fez o médico em relação às suas palavras. Isso, portanto, causou indignação e alimentou planos de fuga. Pensava em persuadir colegas internos e imobilizar enfermeiros e sair, porém, isso nunca aconteceu.

Imerso em seus pensamentos, Bueno avistou Rogério, que seria seu primeiro amigo, nessa nova realidade em sua vida. Ao se aproximar, seu assunto foi sobre seus planos de fuga, entretanto, o que ele escutaria naquele momento, lhe geraria, ansiedade e medo pelo resto de sua presença naquela instituição.

Foi nessa conversa que ele teve o primeiro contato com a chamada, Eletroconvulsoterapia (ECT), explicada por Rogério, pois esse era um dos métodos de disciplinarização usados nos pacientes. Essa prática era fortemente usada nos hospitais psiquiátricos, sua posição na medicina era como um método eficiente capaz de amenizar sintomas de catatonia, mania, e sintomas psicóticos. Entretanto, sua ação extremamente invasiva causava pavor e uma experiência traumatizante nos pacientes, portanto, era um instrumento punitivo.

Existiam outras formas de controle, a exemplo da medicalização em massa que os pacientes eram obrigados a tomar, ao relatar Rogério na conversa: “[...] aqui você come comprimidos. Nós acordamos tomando essas drogas e dormimos tomando essas drogas” (BUENO, 2004, p. 59). Assim que conversavam, entrou no pátio um enfermeiro, distribuindo medicamentos, e Bueno era um dos iriam receber os comprimidos.

Percebe-se, nesse recorte, que antes mesmo do exame, a medicalização já era iniciada, pois no caso do autor, sua ficha já tinha sido preenchida pelo seu pai, e isso lhe causou revolta. Não queria passar mais tempo naquele local, acreditava que ao ser visitado por sua família, ele poderia convencê-los sobre a realidade desumana a qual estava sendo submetido.

Porém, para que seu plano fosse efetivado, seria necessário o enfretamento com algumas estratégias estruturais das instituições manicomiais; seja pelas conversas prévias que os familiares tinham com os médicos responsáveis, seja pelos comprimidos que estimulavam que o paciente ganhasse peso, ou até mesmo, o local geográfico onde aconteciam essas visitas, em jardins belos e bem tratados, longe dos locais de internações de fato, onde os familiares não podiam entrar, sob a explicação de que poderia atrapalhar o avanço do tratamento dos internos. Todos esses aspectos deliberadamente estratégicos, passavam o respaldo da instituição para a população, de um local seguro e com possibilidades humanizadas, de reinserção e cura dos pacientes.

Outro fator impeditivo nessa jornada de Bueno em busca de sua liberdade, é que, a partir do momento em que ele entrou pelas portas do manicômio, ele foi colocado no lugar do sujeito da desrazão, perdendo a importância que suas palavras carregavam, das emoções que sentia. Toda forma de expressão que ele podia proferir era enquadrada no prisma da loucura, banalizando-o. Era uma disputa injusta entre um adolescente rebelde e a instituição, munida de “profissionais” e seus saberes científicos.

Em sua narrativa de experiência frente ao contexto que vivia, Bueno destacou na citação abaixo suas experiências, dores, medos e indagações frente ao sofrimento que lhe era frequente:

Com a língua empeirada, engolia toda aquela sujeira. E meu pavor aumentava. Os minutos eram infundáveis. Preso naquele quarto. Esperando o choque. Rezava e lambia o chão. Rezava, lambia e engolia a sujeira do chão. Desesperado, queria algo cortante... cortaria meus pulsos! Faria, no desespero em que estava, qualquer coisa para não tomar choque. Sentia-me um animal ferido e acuado, preso naquele quarto. Um garoto de dezessete anos, espinha na cara, barba nem pronunciada. Preso, esperando o choque! Um lugar que jamais sonhara conhecer. Preso! Esperando o choque. Passando por pesadelos que fariam qualquer machão adulto ficar temeroso. Preso. Esperando o choque. Dizem que há trinta anos não usam mais eletrochoque na Psiquiatria intitulada moderna. Preso, Esperando. O choque. O que é que eu estou fazendo aqui dentro então? Preso, esperando o eletrochoque! Esse eletrochoque é um terror, meu Deus! Por que fazem isso? Preso, esperando o choque. Sua aplicação é a seco, à unha nos agarram e aplicam essa porra. Por que permitem que façam isso comigo? Preso, esperando o eletrochoque. O que eles dizem para os nossos familiares é uma coisa – queria ver meu pai aqui dentro: preso, esperando o eletrochoque. Eu não queria passar novamente por aquele pesadelo. Estava no primeiro quarto. Minha limpeza bucal do assoalho de nada adiantou. Vozes no corretor. Aquele barulho de rodinhas. O médico chegou! Minha penitência de nada adiantou; O coração vai pular do meu peito. Minhas pernas. No canto, quero furar a parede. Pavor, eu realmente! Eu te conheço (BUENO, 2004, p.102).

Neste relato sobre sua sensação dos momentos antes de ser submetido a mais uma sessão de eletrochoque, e que seja importante que seja lembrado, a técnica consistia em aplicar uma certa voltagem elétrica através de contactores em ambas as têmporas do paciente, e após iniciada a aplicação, só parava após o

paciente convulsionar, possibilitando reações como a saída excessiva de saliva pela boca do paciente e a prontidão em revirar os olhos, devido ao tencionamento muscular do local, dando jus à nomenclatura do método, Eletroconvulsoterapia, ECT.

Estava paralisado de medo. Uma reação eu não conseguiria, estava completamente sem ação. Minhas pernas mal me aguentavam em pé. Marcelo [enfermeiro] se aproximou, apanhou meu braço. O Dr. Alaor [médico-psiquiatra] parado na porta com um tubo branco em cada mão, sorriso nos lábios. Marcelo, lentamente, deitou-me. Eu estava em choque de tanto medo. Via tudo e não tinha como reagir. Mesmo que quisesse, não tinha forças. Fui deitado de barriga para cima, com a cabeça em direção à porta (BUENO, 2004, p. 89).

As narrativas presentes na obra são brados de sofrimento acerca da violência física e psicológica a qual milhares de sujeitos foram submetidos, interditados através do meio que tornou possível sua internação, contendo aqui, os “por quês” não claramente respondidos, como também os instrumentos de tortura aos quais diariamente eram submetidos.

Essa cultura manicomial ofusca a nossa razão, nos restringe a uma única interpretação e gera rejeição e terríveis preconceitos. O diferente deve ser isolado, escondido dos olhos sensíveis da sociedade, não deve incomodar os familiares e principalmente envergonhar a comunidade. Ter uma pessoa diferente na família, o louco, é vergonhoso, ultrajante, humilhante e muito perigoso (BUENO, 1974, p. 168).

Ao atentar ao título da obra que esse trabalho reflete, *Canto dos Malditos*, pode-se perceber que malditos eram e são todos aqueles indesejáveis, passíveis da perda de sua expressão, passando pela experiência da internação psiquiátrica. Esse “outro” na década de 1970 no Brasil, para o Governo, não representava mais do que obstáculos no caminho do que era chamado de Plano Nacional.

Houve a criação em 1969, do PND, Plano Nacional de Desenvolvimento, que estimulou a iniciativa empresarial na economia Brasileira, entretanto, esse dito “plano” estava no nível também do imaginário social. Ao fazer paralelo com o título do livro estudado, quando Austregésilo se refere ao “canto dos malditos”, pode-se ler como uma expressão sonora de lamento dos sujeitos violentados, como também uma referência ao local geográfico, dando a entender que existe um “canto” no qual pessoas indesejáveis ficam escanteadas. Com esse enfoque, no Brasil, milhares de pessoas ocuparam esses “cantos” e entoaram seus “cânticos”, expressando assim, respostas a “por quês” que não haviam sentido, ademais, quem necessariamente é o outro? ao se tratar de alteridade.

Ao sair do banheiro resolvi fazer uma peregrinação ao fundo escuro daquele pavilhão. Ao entrar naquele corredor, que iniciava logo após as mesas grandes, não consegui chegar nem à metade. O cheiro de fezes era insuportável. Consegui ver o interior de um dos quartos. Uma estopa amarela, já aparentando algo podre, de uma cor amarronzada. Um cobertor velho, como os que distribuem nas cadeias, devia estar duro de sujeira. As paredes daquilo que eu estava vendo, nem quarto e nem cova, tinham marcas de mãos e dedos escorridos. Eram fezes, merda podre. Realmente não conseguiria ir até o fundo do pavilhão. O cheiro era insuportável e a ânsia de vomitar se manifestou. Voltei ao banheiro, lavei o rosto e, olhando-me no espelho, consegui chorar um pouco (BUENO, 2004, p. 79).

Paulatinamente, com o decorer do tempo em que esteve interditado, Bueno foi perdendo esperanças sobre todas as possíveis realidades que ele um dia projetou para si, pois com a constância das medicalizações e dos eletrochoques, ele estava ficando cada vez mais sedado, sua vontade estava se exaurindo. Chegando ao ponto de tudo o que antes lhe causava pavor, agora, para ele, tornara-se indiferente.

Depois de oitenta ou noventa dias ali dentro, não suportava mais a visita dos familiares, ficava ansioso para que fossem embora para que pudesse voltar para dentro do sanatório. Considerava a família um grupo de estranhos e acreditava que o hospício era o meu lugar. Aprendera a gostar dali. Os novatos já me chamavam de crônico. Pouco me importava, tinha cigarros. Os do canto não me repudiavam mais. Até já vinham pegar meus cigarros. Às vezes, aos berros, conseguia afastá-los. Mas sempre voltavam. Minha vontade não existia mais. Não sentia nada. Era como uma folha seca. Fazia tudo o que me mandavam. "Deita Austrý"! - eu deitava. "Pula, Austrý"! - eu pulava (BUENO, 2004, p. 117)

Ao tempo em que aconteciam violações humanas diariamente aos internos nos manicômios, tudo que remetia a essas instituições, para o olhar da sociedade, era uma estruturação boa e necessária para reabilitação dos necessitados: os loucos. Essas significações imaginárias produzidas pelo coletivo dão sentido à sociedade e à existência humana. E aqui se encontram as significações produzidas pela sociedade quanto às instituições psiquiátricas. Muitas são as especulações sobre o que acontece dentro dos muros de um hospital que trata de doentes mentais, porém, seu status simbólico subsidiado pelos discursos convenientes à sua existência o sustenta, permitindo sua plena atividade.

O principal denunciador das ações violentas, escondidas dos olhos dos cidadãos, são as vítimas, os considerados loucos, e uma vez que esses sujeitos perderam a legitimação de suas vozes, devido ao processo de desrazão que lhe foi imposto, suas denúncias perdem força, "a loucos ninguém dá ouvidos" (BUENO.2004 p, 94). Esse movimento é extremamente necessário para que os manicômios pudessem se manter "de pé" por tanto tempo.

Não é a imagem que produz o imaginário, mas o contrário. A existência de um imaginário determina a existência de conjuntos de imagens. A imagem não é o suporte, mas o resultado. Refiro-me a todo tipo de imagens: cinematográficas, pictóricas, esculturais, tecnológicas, e por aí fora. Há um imaginário parisiense que gera uma forma particular de pensar a arquitetura, os jardins públicos, a decoração das casas, a arrumação dos restaurantes, etc. O imaginário de Paris faz Paris ser o que é. Isso é uma construção histórica, mas também o resultado de uma atmosfera e, por isso mesmo, uma aura que continua a produzir novas imagens (MAFFESOLI, 2001, p. 76).

Nesse interim, ao pensar sobre a estrutura dos manicômios, as mensagens traduzidas através dos jardins, locais nos quais os familiares se encontravam com seus parentes que eram pacientes, são aspectos fundamentais da imagem da impressão que se pretendia transmitir aos sujeitos que não estivessem dentro daquela realidade:

Tudo realmente era uma grande produção. O espetáculo parecia uma estreia de teatro. Os mínimos detalhes eram lembrados. O grande cenário era lá fora. O interior do pavilhão era proibido à visita de estranhos,

poderiam prejudicar o andamento do valioso tratamento! A grande peça acontecia ao ar livre, no imenso jardim florido do Sanatório Bom Recanto. Até o nome é bonito: Bom Recanto – soa a paz! O jardim arborizado, os pássaros cantando freneticamente, paz e sossego no ar... Banquinhos de madeira, todos pintadinhos de branco, um recanto de namorados dos tempos da vovó, só faltando a bandinha tocando e o lago com os cisnes nadando. Uma paz celestial, às vezes quebrada por algum grito de um crônico dentro do pavilhão que quase instantaneamente é sufocado pela mão do enfermeiro em sua garganta. O espetáculo acontecia para o agrado de todos, ou melhor, dos ilustres visitantes, que a direção do sanatório fazia questão de impressionar. Ao interno, não sobravam muitas chances de ser ouvido. Um lugar de tanta beleza e tranquilidade impressionava tanto que a família toda queria ficar internada (BUENO, 2004, p. 80-81).

O manicômio, portanto, se apresenta como uma instituição que tem a forma de um dispositivo fechado sobre si mesmo, com seus lugares específicos, e seus regulamentos próprios. Os procedimentos ali executados não são de conhecimento de todos, apenas quem tem acesso ao interior do manicômio sabe o que se passa ali.

Portanto, o exercício de poder se elabora, se transforma, se organiza, se adota de procedimentos mais ou menos ajustados, que estão sempre enraizados no conjunto da rede social. Assim a relação entre o louco e o manicômio se estabelece, pois a sucessiva tentativa de docilização e disciplinarização dos manicômios sobre os sujeitos, encontra a resistência no âmbito do simbólico, surgindo a necessidade de sua adequação estrutural e conceitual, para melhor se enquadrar em quesito de aceitação, para a sociedade.

A reflexão que se cria, através das experiências de dor de Austregésilo Carrano Bueno, sobre como foi possível uma sociedade, com um governo ditatorial, causar tanto sofrimento para tantos sujeitos, faz-nos buscar entender como se tornou possível ser uma pessoa presa em uma determinada instituição manicomial, e ser esquecido e violentado. A identificação diversificada dos presos, não ficando apenas naqueles ditos "loucos" com determinada sintomatologia, mas incluindo presos políticos, negros, gays, e todo aquele fora de um padrão determinado acentuava as provas acerca da desenfreada violência, no decorrer dos Anos de Chumbo no Brasil, recorte temporal no foco da busca pela ordem, da defesa da soberania nacional, que atacava os próprios cidadãos.

Se tivessem encontrado maconha, [referindo-se à última vez que estiveram na prisão] sem dúvida eles nos teriam pendurado no pau-de-arara, fôssemos ou não menores. É através da tortura do usuário de maconha que eles chegam aos pequenos traficantes. A tortura é violenta. No afogamento, enfiam a cabeça da vítima dentro de vasos sanitários cheios de fezes. Amarram os punhos cruzados com os tornozelos, enfiam um pedaço de pau entre eles e levantam o corpo. Deixando a pessoa pendurada como um frango. Esse é o famoso pau-de-arara. Começam a bater com pedaços de pau nas juntas e nos ossos dos tornozelos, nas solas dos pés, nas costas, deixam apenas uns vermelhões na pele, mas por dentro se está todo quebrado. Choque nos colhões, a tortura é cruel (BUENO, 2004, p. 48).

A internação nos manicômios, um dos métodos de interdição turbinados pela ditadura, movimento de deslocar o indivíduo para ocupar o lugar da desrazão, dava "permissão" para as consideradas condutas "terapêuticas" como o eletrochoque, medicalização em massa, desassistência e abandono.

Percebia-se a existência de discursos que atestavam a possibilidade de que, se dentro de uma determinada bolha familiar, houvesse algum familiar agindo de forma indesejada, destoando do padrão social, se aproximando do que se considerava ser "louco", a internação era uma forma viável de tratamento, pois a sociedade consumira e replicara posições sociais a ponto de estabelecê-las, tendencionando ações que levavam, a partir do simbolismo no imaginário popular, à necessidade da interdição dessa pessoa em manicômio.

A instituição, portanto, efetivava o processo instaurador de discursividades. As deliberações obtidas pelas rede de comunicação, foram formando imagens, que ao estarem presentes no pensamento individual, e conseqüentemente no coletivo, atuam direcionando o ato de pensar, pois a imagem não é algo concreto de fato, mas uma perspectiva que se tem sobre algo.

São conjuntos de valores, posições de uma sociedade em determinado período histórico que tornam possíveis tais violências contra milhares de pessoas. No recorte de estudo desse trabalho, podemos lembrar o denominando, *Holocausto brasileiro*, título do livro escrito por Daniela , que também tornou-se uma nomenclatura símbolo desse período imerso em angústia para tantos.

Como já dito nesse trabalho, o caráter do sistema capitalista de impulsinar o processo de exclusão do "outro" foi aliado e turbinado por posições severamente segregadoras do Governo ditatorial brasileiro. O processo de interdição dos indesejáveis foi possível também devido ao impulsionamento dos espaços já legitimados: os manicômios.

O Estado e hospitais, trabalhando concomitantemente , consolidaram a relação entre internação asilar e privatização da assistência, com crescente contratação de leitos e clínicas conveniadas, que rapidamente cresceram para atender à demanda, em consequência disto, o tempo médio dos internos era maior, como também motivos diversos eram suficientes para a condução de alguma pessoa para a internação. Após separados de suas conexões sociais, eram iniciados seus respectivos tratamentos.

O conceito geral daquele pátio era uma grande jaula, onde as feras ficam, umas deitadas, outras sentadas em diversos lugares, os olhares perdidos horas e horas, olhando não se sabia para onde. Todos mantidos escondidos, como animais contaminados e que deviam ser trancados em algum lugar. E o lugar era aquele pátio (BUENO, 2004, p, 55).

A interdição e o descaso no tratamento eram reflexo de uma política dura de um governo omissivo sobre questões de cuidado da população e responsabilidades sanitárias. À base da repressão, sua funcionalidade era uma limpeza social, através do desaparecimento, "mas também como injunções ao silêncio. afirmação da inexistência, e constatação de que, em tudo isso, não há nada para dizer, nem para ver, nem para saber. Assim, marcharia, com sua lógica capenga, a hipocrisia de nossas sociedades burguesas (FOUCAULT, 1997, p, 10):

Os homens vestiam uniformes esfarrapados, tinham as cabeças rapadas e os pés descalços. Muitos, porém, estavam nus. Luiz Alfredo [na época, fotógrafo da revista O Cruzeiro] viu um deles se agachar e beber água do esgoto que jorrava sobre o pátio e inundava o chão do pavilhão feminino. Nas banheiras coletivas havia fezes e urina no lugar de água. Ainda no pátio, ele presenciou o momento em que carnes eram cortadas no chão. O cheiro era detestável, assim como o ambiente, pois os urubus espreitavam a todo instante. Dentro da cozinha, a ração do dia era feira em caldeirões industriais. Antes de entrar nos pavilhões, o fotógrafo avistou um cômodo

fechado apenas com um pedaço de arame. Entrou com facilidade no lugar usado como necrotério. Deparou-se com três cadáveres em avançado estado de putrefação e dezenas de caixões feitos de madeira barata (ARBEX, 2013, p 170).

Os doentes mentais, estariam fadados à alienação total, separados da razão, sem autonomia de exercer sua vontade e discernimento sobre ações possíveis, perdendo assim seus direitos civis e políticos, cuidados pela medicina e protegidos pelos aparatos do Estado. Bueno, contra sua vontade, recebeu os eletrochoques em sua cabeça, tomou diversos medicamentos diariamente, contra sua vontade. Outros tantos passaram por semelhantes experiências, submetidos a tratamentos como a insulinoterapia, ou lobotomia, na maioria dos casos, contra suas vontades.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A obra *Canto dos malditos* é a denuncia de vidas que foram subjulgadas e condenadas a constante sofrimento, ao serem interditadas e associadas ao estigma da loucura, afastando-os de seus métodos de existência, de atuar no mundo que os cerca. A obra incita a refletir sobre a sociedade que, em vigência no contexto estudado, a Ditadura Civil-Militar brasileira, na década de 1970, tratava os diferentes, pois ao passo que a atitude de acolher era escassa, a exclusão se sobressaía, e ao se ler "diferente", se enquadravam pessoas que, por algum motivo e circunstância, desagradavam o Governo: alcoólatras, usuários de entopercetes, opositores políticos, negros, gays, entre muitos outros. Para tanto, a obra literária em foco nos faz refletir sobre nosso imaginário coletivo, buscando entender os processos de produção de sentido que circulam por ela, que classificam e regulam os afazeres de cada pessoa, em âmbito social.

Consequentemente, ao serem promovidos os estereótipos, que por certo tempo guiam atitudes e ações, essas "certezas" são os fatores agentes de sua decadência, promovendo dor e morte para indivíduos que são integrantes da própria espécie, mas como já dito nesse trabalho, o sistema capitalista e a cultura do consumo baliza as relações, norteadas pela posição de autoridade ou influência de indivíduos, pelo patrimônio, ou pelo que essa relação pode trazer de benefício próprio, não que essa relação humana não existisse antes da Revolução Industrial do século XVII, entretanto, foi se acentuado o trato excluyente sobre os indesejáveis, os diferentes, os loucos.

Esse trabalho nos faz pensar sobre aqueles que, longe de seus entes queridos, distantes dos lugares pessoalmente significantes, foram separados da possibilidade de respirar ar puro, e dia após dia, foram minados a partir de métodos de tratamento que serviam menos para tratamento, mais para sua domesticação ou correção.

Ao refletir sobre acontecimentos de amplo conhecimento público, como a morte do jornalista Vladimir Herzog, assassinado pela Ditadura Militar, ou até mesmo a casa de Petrópolis, conhecida casa da morte, que matou e torturou diversos cidadãos brasileiros, tentamos compreender o nível de dor promovido em um período de intolerância das mais diversas direções. Os ditos malditos, citados na obra, morreram primeiramente ao serem separados do afeto, violentados e banalizados em sua existência física e subjetiva, é o que Lima Barreto vai chamar de "Cemitério dos vivos", e após intensa angústia, suas mortes físicas aconteciam longe dos olhos da sociedade e, por meio dessa reflexão, podemos nos aproximar da compreensão do sentido das palavras de Austregésilo Carrano Bueno em um

poema antes de alguma sessão de eletrochoque, "Quem disse que só se morre uma vez?[...] já não sei quem e o que sou. Acuado, tento fuga alucinante. Agarrado, imobilizado... Escuto parte de meu gemido" (BUENO,2004, p, 5).

O tema abordado nesse trabalho se apresenta fundamental para continuidade do convívio saudável em nossa sociedade, que busque respeitar e entender a pluralidade de expressões e de formas de existir no mundo, e para que esse ponto seja alcançado, se fazem necessários trabalhos neste sentido, para que as discursões sejam promovidas, e paulatinamente, concepções sejam alteradas.

Bueno dedicou parte de sua vida pela luta antimanicomial no Brasil, ele e diversas outras personalidades dessa batalha conseguiram alguns avanços com a reforma realizada no Brasil sobre as instituições psiquiátricas, como um tratamento mais humanizado, sugerido por Nise da Silveira, como também por uma atenção psicossocial através dos CAPs no decorrer dos anos 1980 e 1990.

Entretanto, ao se eleger Jair Messias Bolsonaro presidente em 2018, 20 anos após fundamentais avanços, os retrocessos começaram a acontecer, a exemplo da Portaria nº 3.588 de 2017, que vai na contramão da Reforma Psiquiátrica e traz inúmeros retrocessos. Tem destaque o aumento do valor da diária de internação paga aos hospitais psiquiátricos e a ampliação do número de leitos nessas unidades, incentivando as internações. Surge também a proposta do CAPS AD IV, que distorce a proposta psicossocial do CAPS e recupera a lógica manicomial do passado, que tem como princípio a exclusão, a opressão e a violência. Pretendeu se revisar a rede de Atenção Psicossocial (Raps) e encerrar programas importantes da Política Nacional de Saúde Mental por meio de portarias e cortando verbas destinadas aos programas de saúde mental.

Para além das ações objetivas no sentido da lei, temos os combates de memória acentuados após sua eleição, a exemplo de quando vetou integralmente o projeto de lei que inscreve o nome da psiquiatra Nise da Silveira no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria. Em sua justificativa, disse que deve-se priorizar o reconhecimento a personalidades da História do país em âmbito nacional, "desde que a homenagem não seja inspirada por ideais dissonantes das projeções do Estado democrático." (Agência Senado). A partir desse exposto, busco mostrar que, é necessário consistência no trato sobre o tema acerca da loucura, através do tempo, pois mesmo após anos de paulatino progresso nos leitos psiquiátricos hospitalares, foi possível tamanho retrocesso em tão pouco tempo. Esse trabalho se justifica na emergência do tema em vias atuais da existência dos indivíduos, muito precisa ser discutido, e para que esses debates sejam ampliados, a existência desse trabalho se enquadra como necessário.

Como toda escolha do objeto de estudo reflete sobre inquietações do pesquisador, esse trabalho teve como pretensão dar luz à relação das interações que a atuação prática das instituições tem sobre corpos individuais, e como esses corpos podem ser e são manipulados. Tais instituições, que por sua vez, são decorrentes de uma iniciativa de outras tantas pessoas, e que são norteadas por discursos, tem papel fundamental na construção do imaginário coletivo, promovendo símbolos que são projetados para ler as coisas existentes no mundo.

Esse movimento pôde ser lido nas palavras de Bueno, em seu livro, através de sua memória, explicitando sua experiência de sofrimento. Ao ter contato com seus relatos, surge a inquietação da busca pela mudança, pois não podemos obter "pagamentos" para aquelas vidas que já foram ceifadas dentro dos manicômios, mas, buscar dar sentido ao seu sofrimento, não deixando que seja em vão, mas mostrando a partir de, através dos debates acadêmicos e principalmente populares,

que não se pode repetir com outros sujeitos, pois, "só há poder exercido por "uns" sobre os "outros"; o poder só existe em ato, mesmo que, é claro, se inscreva num campo de possibilidade que se apoia sobre estruturas permanentes" (FOUCAULT, 2002, 1983).

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Inês Lacerda. **Foucault e a crítica do sujeito**. Curitiba: UFPR, 2008.

2001.ARBEX, Daniela. **Holocausto brasileiro**. São Paulo: Geração Editorial, 2013.

BARROS, José D'Assunção. História e literatura - novas relações para os novos tempos. Contemporâneos. **Revista de Artes e Humanidades**, s.l., n.6, páginas 1-27, mai-out 2010.

BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. Campinas: **Revista Brasileira de Educação**, n.19, p 20-28 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/Ycc5QDzZKcYVspCNspZVDxC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 21/02/2023.

CAETANO, Michelle. A Perspectiva do Trauma: Dialogando com Dominick Lacapra. Encontro Estadual de História do Rio Grande do Sul, **Anais**, 2002. Disponível em: https://www.eeh2022.anpuh-rs.org.br/resources/anais/12/anpuh-rs-eeh2022/1660603833_ARQUIVO_51326907847ad2d4370a00e727ff5823.pdf). Acesso em 21/02/2023.

CAMILOTTI, Virgínia. NAXARA, Márcia Regina C. História e Literatura: fontes literárias na produção historiográfica recente no Brasil. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 50, p. 15-49, jan./jun. 2009. Editora UFPR.

CARRANO, Austregésilo. **Canto dos malditos**. Rio de Janeiro: Rocco, 2004.

GONDAR, J. Memória individual, memória coletiva, memória social. **Revista Morpheus - Estudos Interdisciplinares em Memória Social**, [S. l.], v. 7, n. 13, 2015. Disponível em: <http://seer.unirio.br/morpheus/article/view/4815>. Acesso em: 4 abril. 2023.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia**. Tradução de Joana Moraes Varela e Manuel Carrilho. 403 ed. Lisboa: Assírio & Alvim, 1966.

FERNANDES, Jaqueline Alves. **A constituição do sujeito em canto dos malditos, de Austregésilo Carrano Bueno**. 2010. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2010.

FOUCAULT, Michel. "A Escrita de si". In: **Ditos e escritos V**. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1983.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola. 2006.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura**. São Paulo. Perspectiva. 1997.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1** : a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 3**: o cuidado de si. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Os anormais**: curso no Collège de France (1974-1975). Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. O nascimento da prisão. Trad. Raquel Ramalhe. Petrópolis: Vozes, 2004d.ins Fontes, 2002.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

LÊ BRETON, David, 1953- **A sociologia do corpo**.2. ed. tradução de Sônia M.S. Fuhrmann.Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

LOPES, Boanerges; NASCIMENTO, Josias J. **Saúde e imprensa - o público que se dane**. 1997. Disponível em <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/64c42958a1915bfe0bc316816a798297.pdf> Acesso em: 15 de junho. 2023.

MACHADO, Roberto. **Danação da norma**: a Medicina social e constituição da Psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

MAFFESOLI, M. Michel Maffesoli: o imaginário é uma realidade. **Revista FAMECOS**, [S. l.], v. 8, n. 15, p. 74–82, 2008. DOI: 10.15448/1980-3729.2001.15.3123. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/3123>. Acesso em: 8 abril. 2023.

MAGRIN, Nathália Rech. **Vidas no esquecimento**: O imaginário da loucura em Canto Dos Malditos, de Austregésilo Carrano Bueno .2018. Dissertação (Mestrado em Letras, Cultura e Regionalidade.) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do sul, 2018.

OLIVEIRA, Marina Soares. Sob o Estigma da loucura: Práticas Psi e a militancia política de mulheres no Brasil dos anos 1970. ANPUH-Brasil - 30º Simpósio Nacional de História. **Anais**. -Recife, 2019.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Constituição da Organização Mundial da Saúde**. [200?] Disponível em <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/OMSOrganiza%C3%A7%C3%A3o-Mundial-da-Sa%C3%BAde/constituicao-da-organizacao-mundial-da-saude-omswho.html> > Acesso em 17 abril. 2023.

PESAVENTO, Sandra J. História e Literatura: uma velha-nova história. In: COSTA, Cléria Botelho da; MACHADO, Maria Clara Tomaz (org.). **Histórias e Literatura: identidades e fronteiras**. Uberlândia: EDUFU, 2006.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PREMIO CARRANO. 2013. Disponível em <http://premiocarrano.blogspot.com/2013/04/> Acesso em 05 de abril de 2023.

ROCHA, Rodrigo Carvalho. **Dos Manicômios à reforma psiquiátrica: Uma Revisão Histórica dos movimentos da saúde mental**. Volta Redonda: UFF 2017. Disponível em:

<https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/6924/Rodrigo%20Carvalho%20Rocha%20-%20TCC.pdf?sequence=2>.

AGRADECIMENTOS

À professora Dra. Patrícia, pelo apoio, suporte e orientação dados ao longo deste trabalho e ao longo da minha formação. Suas intervenções foram fundamentais para mim, também como pessoa.

À Dra. Rozeane, por sua gentileza, apontamentos e sugestões, que foram de extrema importância para conclusão desse trabalho.

Ao meu amigo Elias, que compartilhou diversas experiências ao meu lado, nessa trajetória.

Aos colegas das turmas que passei, que tornaram a caminhada mais leve.

À minha companheira de vida, Rosení, pela sua existência, cuidado e companherismo, que dão sentido à essa passagem terráquea.

À minha filha Maya, que com seu sorriso deu-me combustível para prosseguir.

Aos meus pais e a toda a minha família, pelo carinho, cuidado e afeto que me permitiram seguir em frente.

Ao Departamento de História e aos professores que fizeram parte, direta ou indiretamente, da minha formação, pela dedicação e inspiração transmitidas.

Gratidão!